

Ano 14 | Número 143 | Junho de 2017

Empresa

Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL



Acordo comercial entre Mercosul e União Europeia volta a ser negociado

CACB INSCREVE TRÊS PROJETOS NA COMPETIÇÃO MUNDIAL DAS CÂMARAS DE COMÉRCIO



DIRETORIA DA CACB

TRIÊNIO 2016/2018

PRESIDENTE

George Teixeira Pinheiro (AC)

1º VICE-PRESIDENTE

Jésus Mendes Costa (RJ)

VICE-PRESIDENTES

Alencar Burti (SP)
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)
Ernesto João Reck (SC)
Francisco de Assis Silva (DF)
Guido Bresolin (PR)
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)
Jussara Pereira Barbosa (PE)
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Rainer Zielasko (PR)

DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR FINANCEIRO

Jonas Alves de Souza (MT)

CONSELHO FISCAL TITULAR

Amarildo Selva Lovato (ES)
Valdemar Pinheiro (AM)
Wladimir Alves Torres (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Domingos Sousa Silva Júnior (MA)
Ubiratan Silva Lopes (GO)
Pedro José (TO)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Fernando Fagundes Milagres

SUPERINTENDENTE DA CACB

Juliana Kämpf

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DA CBMAE

Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGREGES

Luiz Antônio Bortolin

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

frões, berlato associadas

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Frões

SCS Quadra 3 Bloco A

Lote 126

Edifício CACB

61 3321-1311

70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Estado do Acre – FEDERACRE

Presidente: Celestino Bentes de Oliveira

Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro

Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de

Alagoas – FEDERALAGOAS

Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros

Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá

Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nonato Altair Marques Pereira

Rua Eliéser Levy, 1122 Bairro Centro

Cidade: Macapá CEP: 68.900-083

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Amazonas – FACEA

Presidente: Valdemar Pinheiro

Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro

Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.020-210

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB

Presidente: Cloves Lopes Cedraz

Rua Conselheiro Dantas, 5 Edifício Pernambuco, 9º andar

Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães

Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro

Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e

Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF

Presidente: Francisco de Assis Silva

Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de

Indústria Bernardo Sayão

Cidade: Núcleo Bandeirante/DF CEP: 71735-167

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES

Presidente: Amarildo Selva Lovato

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713,

7º andar - Bairro: Enseada do Sua - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

Goias – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG

Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01

Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM

Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior

Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.

Bairro: São Francisco - São Luis

CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT

Presidente: Jonas Alves de Souza

Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio

2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS

Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior

Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados

Cidade: Campo Grande CEP: 79021-210

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS

Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini

Av. Afonso Pena, 726, 15º andar

Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-003

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA

Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa

Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203

Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB

Presidente: Luis Alberto Leite

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar

Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Paraná – FACIAP

Presidente: Marco Tadeu Barbosa

Rua: Heitor Stockler de Franca, 356

Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP

Presidente: Jaime Espósito de Lima Filho

Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar

Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra

Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.

Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro

Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ

Presidente: Jésus Mendes Costa

Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.091-007

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN

Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior

Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira

Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL

Presidente: Simone Leite

Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar

Palácio do Comércio - Bairro: Centro

Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER

Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanato

Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade

Cidade: Porto Velho CEP: 76.803-892

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR

Presidente: Jadir Correa da Costa

Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar

Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC

Presidente: Ernesto João Reck

Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP

Presidente: Alencar Burti

Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro

Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE

Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquinio

Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro

Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET

Presidente: Fabiano Roberto Matos do Vale Filho

103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -

Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresário brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Pra frente, Brasil!

A escolha de caminhos muitas vezes nos leva a equívocos que podem nos causar algum prejuízo. O arrependimento serve apenas para intensificar aquilo que perdemos devido a uma interpretação errada do que seria melhor. Esse parece ser o caso do Brasil, que vem pagando tributo pela escolha de seus eleitores desde 2002, quando o populismo passou a dar as cartas no Planalto.

Graças à conjuntura política, que acabou nos levando ao *impeachment* e à substituição da presidente da República, acabamos retomando o caminho que nunca deveríamos ter abandonado, ou seja, o das reformas.

No atual momento, estamos novamente diante de um impasse que pode contribuir para o país regredir novamente a uma situação anterior ao recomeço do debate sobre as reformas. Eis, novamente, uma circunstância de risco para o país.

O fato é que, qualquer que seja o desfecho do quadro que deixou o presidente Michel Temer ameaçado de ser obrigado a deixar o posto de chefe da Nação, é imperioso que todos tenham a consciência de que as reformas devem continuar.

A realidade é que o Brasil não tem alternativa se quiser iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Para isso, as reformas da Previdên-

cia, trabalhista, tributária e política são indispensáveis.

Uma vez ultrapassada essa etapa, o país estará preparado para um novo salto e alcançar em pouco tempo níveis de crescimento do PIB necessários para que os mais de 13,5 milhões de desempregados possam novamente vir a sustentar as suas famílias.

Nesta edição de Empresa Brasil, nossa matéria de capa dá um exemplo do que o Brasil poderá ganhar com o retorno à normalidade política e econômica. A volta das negociações entre o Mercosul e a União Europeia nos enche de otimismo com o futuro do Brasil. Uma vez consolidado esse acordo, a estimativa é de que, em menos de 15 anos, o país poderá triplicar a corrente de comércio com a União Europeia, o que representa, na prática, além do aumento de nossas exportações e do saldo do comércio exterior, a geração de milhares de empregos. E isso já foi suficientemente comprovado por estatísticas em que se reconhece que as trocas internacionais são meio de desenvolvimento econômico para os países. Para cada milhão de dólares exportado, são gerados 57 empregos diretos e indiretos, segundo dados do governo federal. São exemplos simples como esse que reforçam a inexorabilidade das reformas. Pra frente, Brasil!



George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

Foto: Conaje



Coordenação Editorial: Neusa Galli Frões
frões, berlato associadas
escritório de comunicação

Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br

Projeto gráfico: Vinicius Kraskin

Diagramação: Kraskin Comunicação

Revisão: Press Revisão

Colaboradores: Katiúscia Sotomayor, Joana Albuquerque,
Nathalia Pessel Leite, Erick Arruda e Felipe Menezes.

Execução: Editora Matita Peré Ltda.

Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

A realidade é que o Brasil não tem alternativa se quiser iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Para isso, as reformas da Previdência, trabalhista, tributária e política são indispensáveis.

5 PELO BRASIL

George Pinheiro faz pronunciamento na ACRio.

8 MATÉRIA DE CAPA

Mercosul volta a dialogar com a União Europeia e crescem as chances de um acordo comercial.

12 CIDADANIA

Conaje promove a 15ª edição do Feirão do Imposto.

14 CBMAE

Mineiros passam a aderir ao Pacto pela Não Judicialização dos Conflitos.

16 CONGRESSO

CACB inscreve três projetos na Competição Mundial das Câmaras de Comércio.

20 EXPORTAÇÕES

Entidades do sistema CACB passam a emitir Certificado de Origem Digital.

22 WORKSHOP

Cooperativismo de crédito reúne lideranças de Associações Comerciais.

24 EMPREENDER

Nova etapa do Empreender Competitivo irá beneficiar núcleos consolidados.

26 AGRONEGÓCIOS

Escoamento da safra desafia logística em direção aos portos.

28 MPES

Pesquisa do Sebrae mostra que opção pelo Simples contribui para a sobrevivência do setor.

30 MANIFESTO

Setor de Comércio e Serviços se manifesta sobre cenário político e econômico nacional.

31 ARTIGO

Certificado de Origem CACB – Sistema Eco, por Francisco Gimenez Soler.

George Pinheiro faz pronunciamento na ACRio

Foto: Divulgação/ ACRio

Durante a reunião dos Conselhos Empresariais da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio), realizada no dia 24 de maio, o presidente da CACB fez um pronunciamento no qual defendeu a continuidade dos processos das reformas trabalhista e previdenciária.

Pinheiro também afirmou que “a superação da crise virá pelo trabalho responsável, dentro dos limites das atribuições institucionais de cada um dos Poderes”. Sobre o cenário político brasileiro atual, o presidente disse termos um país a ser governado e 14 milhões de



Pinheiro: “Não podemos ficar em compasso de espera”

desempregados. “Não podemos ficar em compasso de espera”, declarou.

Ainda na ocasião, o presidente da ACRio, Paulo

Protasio, foi homenageado pelos conselheiros, em função de seu trabalho à frente da entidade.

(Com assessoria de imprensa da ACRio)

Facisc inicia pesquisa com empresas catarinenses para auxílio no desenvolvimento sustentável

A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) iniciou pesquisa que servirá de base para a entidade e para as Associações Empresariais (ACEIs) auxiliarem os empresários no desenvolvimento de suas empresas em serviços, temáticas e metodologias de trabalho.

O levantamento desenvolvido pelo IPC (Instituto de Pesquisa Catarinense), com milhares de empresas catarinenses, tem o objetivo primordial de identificar as principais necessidades, oportunidades e fatores que limitam o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas no estado de

Santa Catarina, assim como promover o desenvolvimento sustentável.

A ação faz parte do maior programa de cooperação internacional da União Europeia, o Al Invest 5.0, gerenciado pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Cainco), de Santa Cruz (Bolívia).

Rio Cidade Inteligente: Conselhos Empresariais se unem para retomada do desenvolvimento do Rio e do Brasil

Mais de duzentas pessoas, entre autoridades e lideranças, estiveram no evento realizado, no dia 24 de maio, pelos Conselhos Empresariais da ACRio. O encontro foi marcado pela homenagem ao aniversário do presidente da ACRio, Paulo Protasio, e também, pelo lançamento do Programa Rio Cidade Inteligente, que está sendo elaborado por todos os Conselhos Empresariais da ACRio.

De acordo com um dos idealizadores do projeto e presidente do CE de Medicina e Saúde, Josier Vilar, o Rio Ci-



Foto: Divulgação/ ACRio

Amigos comemoram o aniversário do presidente da ACRio, Paulo Protasio, durante o evento realizado no dia 24

dade Inteligente irá trazer uma perspectiva inovadora para ser implementada no Rio. O foco

inicial do projeto serão os setores de Segurança e Inovação.

“Sem segurança, nós não vamos conseguir fazer nada do que precisamos e queremos na nossa cidade e no nosso país. E a inteligência vem da inovação e da tecnologia. Ao final de todos esses trabalhos, envolvendo todos os setores, nós vamos elaborar um documento chamado ‘A cidade que queremos ter’. Esse modelo vai envolver autoridades para mostrar o protagonismo da nossa ACRio”, explica Vilar.

(Com assessoria de imprensa da ACRio)

“Não aguentamos mais o que estão fazendo com o Brasil”, diz Alencar Burti

“O momento é grave e exige definições urgentes. Os trabalhadores e os empresários não aguentam mais o que os políticos – com honrosas exceções – estão fazendo com o Brasil”, declarou Alencar Burti, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das

Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) sobre as mais recentes denúncias contra políticos brasileiros.

O presidente da ACSP almeja que “as denúncias sejam investigadas e que todos os culpados sejam punidos, dentro dos preceitos da Constituição. Quem

não pode ser punido com a incerteza e com a paralisação das reformas é o país”.

“É preciso que o Congresso continue a votar as reformas e que as decisões da Justiça restabeleçam a tranquilidade institucional, para que o Brasil supere essa grave crise, resolva seus problemas e volte a crescer.”



Anuncie na revista digital

Empresa Brasil

Você se comunicará com 27 federações empresariais e 2.300 associações comerciais de todo o país.



Empresa Brasil é o órgão institucional da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), uma instituição com mais de 200 anos de história.

Entre em contato com nossa equipe e anuncie.
Telefone: (61) 3321-1311



Mercosul volta a dialogar com a União Europeia e crescem as **chances de um acordo comercial**

Nova mentalidade dos governos do Brasil e da Argentina, juntamente com uma conjuntura favorável do bloco de países europeus, abre novo espaço de negociações

Um mercado de mais de 500 milhões de consumidores, vivendo em um ambiente de elevado IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com uma renda *per capita* superior a US\$ 33 mil, em uma economia cujo PIB corresponde a cerca de 20% do PIB global. É com esse cacife que a União Europeia (UE), bloco comercial formado por 27 países, vol-

tou a negociar com o Mercosul depois de um interregno de mais de uma década.

As negociações começaram formalmente em 1999, mas cinco anos depois foram suspensas, entre outros motivos, devido à Política Agrícola Comum da União Europeia, a qual estabelece um mercado único com base na livre circulação e comercialização de produ-

tos agropecuários dentro de suas fronteiras.

Com o despertar do Mercosul, graças ao alinhamento estratégico dos novos governos da Argentina e do Brasil, o acordo de livre comércio com a UE voltou a ser discutido entre 10 e 14 de outubro do ano passado, em Bruxelas. Essa foi a primeira rodada plena de negociações desde 2012.

Em 20 de março deste ano, os dois blocos estiveram reunidos em Buenos Aires e deram seguimento às negociações, que devem passar por reduções de taxas, alíquotas, barreiras não tarifárias, além de uma série de itens, o que torna o relançamento do Mercosul um desafio de extrema complexidade.

DIÁLOGO

Ocorre que a conjuntura internacional poderá facilitar o diálogo entre os blocos. O fato de o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, defender a política de fechamento de fronteiras, por exemplo, pode abrir caminho para o reinício das negociações com Bruxelas. Outro dado importante foi a recente vitória do europeísta Emmanuel Macron na eleição



francesa, o que deve se somar a uma eventual vitória de Angela Merkel na eleição alemã, prevista para setembro.

Existe, de fato, probabilidade de chegarmos a um acordo de livre comércio com a UE, a partir de 2019?

Para o vice-presidente de Assuntos Internacionais da CACB, Sérgio Papini, apesar do longo caminho a ser percorrido até a etapa final, é preciso envidar todos os esforços para o avanço desse projeto que trará ao Brasil formidáveis conquistas nos aspectos econômicos, culturais e sociais. “Não podemos deixar de montar nesse cavalo selado”, enfatiza Papini.

“É preciso deixar de fora as listas negativas nas negociações e colocar tudo o que for

*Mauro Laviola:
“É preciso deixar de fora as listas negativas nas negociações e colocar tudo o que for viável para dar impulso a esse projeto”*

“As Câmaras de Comércio vão crescer em importância na medida em que podem contribuir de forma significativa no caso dos entraves não tarifários de ambos os mercados”

Foto: Arquivo



*Sérgio Papini:
"Não podemos deixar
de montar nesse
cavalo selado"*

viável para dar impulso a esse projeto", destaca Mauro Laviola, vice-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

"Os benefícios para o Brasil não serão apenas em termos econômicos, mas também culturais, tecnológicos, em inovação, mas, sobretudo, no aprimoramento da qualidade de nossos serviços", completa.

PRODUTOS

Nas exportações, o Brasil deverá ser muito competitivo nos setores agrícola, pecuário, de automóveis, madeira e seus derivados, nas cadeias: mineral e do petróleo, nos serviços de TI e engenharia. Já os europeus devem ser mais competitivos nos segmentos de bebidas alcoólicas, azeites, lácteos, maquinário, aeronáutico, químicos, fármacos, automóveis e serviços em geral, lista Papini.

"A possibilidade de ampliar o seu mercado de produtos industrializados e serviços especializados é uma das principais atratividades do Mercosul para a UE. Entretanto, desperta interesse também a compra de produtos e serviços de forma mais vantajosa. Obviamente, o investimento direto nos setores onde eles não são capazes de devolver em seu território ou onde somos mais competitivos também é atrativo, acrescenta.

CÂMARAS DE COMÉRCIO

De toda a maneira, o acordo comercial entre os dois blocos não será uma mera formalidade, alerta o vice-presidente da AEB, chamando a

atenção para o fato de que a UE é “pródiga em criar entraves”. Nessa linha, segundo ele, deve crescer o papel das Câmaras de Comércio dos países-membros de ambos os blocos comerciais. “As Câmaras vão crescer em importância na medida em que podem contribuir de forma significativa no caso dos entraves não tarifários de ambos os mercados”, acrescenta.

“As Câmaras de Comércio podem aproximar potenciais importadores e exportadores, chancelando

documentos, emitindo certificados de origem, rastreando cargas, além de outras tarefas. Para isso, temos de nos prepararmos, especialmente nós, brasileiros, em maioria habituados a enxergar a geografia do mercado apenas do Oiapoque ao Chuí”, arremata Papini.

“Se nos basearmos pela experiência adquirida com a assinatura dos acordos comerciais com o México e Coreia do Sul, podemos triplicar a corrente de comércio com o bloco europeu em 15 anos”, prevê.

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A UNIÃO EUROPEIA

| | |
|------|-------------------|
| 2016 | US\$ 33,3 bilhões |
| 2015 | US\$ 33,9 bilhões |
| 2014 | US\$ 42,0 bilhões |
| 2013 | US\$ 47,7 bilhões |
| 2012 | US\$ 49,1 bilhões |

IMPORTAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

| | |
|------|-------------------|
| 2016 | US\$ 31,0 bilhões |
| 2015 | US\$ 36,6 bilhões |
| 2014 | US\$ 46,0 bilhões |
| 2013 | US\$ 50,7 bilhões |
| 2012 | US\$ 47,1 bilhões |

MERCOSUL

Países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Criação: 1991

PIB Total: US\$ 0,79 trilhão

População: 217,8 milhões

Objetivo: Em 1995, entrou em vigor uma zona de livre-comércio, ou seja, grande parte das mercadorias produzidas nos países-membros podia ser comercializada internamente sem a cobrança de tarifas de importação. Além disso, o Mercosul prevê a criação de uma união aduaneira. Isso significa a padronização das tarifas externas (TECs) para diversas mercadorias. Portanto, os países integrantes poderão importar produtos e serviços, pagando tarifas iguais.

União Europeia

Países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Reino Unido, Romênia, Suécia.

Criação: 1993

PIB Total: US\$ 9,2 trilhões

População: Aproximadamente 500 milhões de habitantes.

Objetivo: Eliminação do controle das fronteiras dos países participantes, de modo que permita o livre trânsito de pessoas entre os países; fim das barreiras comerciais, proporcionando uma economia livre e concorrencial; adoção da moeda única em 2002, o euro passa a ser a moeda oficial da União Europeia, extinguindo as moedas nacionais dos países-membros que passam a ter o euro como moeda oficial.



“Chega de Mão Grande”: Conaje realiza 15ª edição do Feirão do Imposto em todo o país

Objetivo da iniciativa é conscientizar a população sobre a carga de impostos paga por nós e incentivar a cobrança pelo retorno deste valor em serviços públicos

A carga de tributos paga pelos brasileiros atingiu a marca de R\$ 800 bilhões no dia 10 de maio, 14 dias antes que em 2016, segundo o Impostômetro, da Associação Comercial de São Paulo.

De acordo com o Cálculo do IRBES (Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade), do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), entre os 30 países com

a maior carga tributária, o Brasil ainda é o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade.

Mesmo com arrecadação altíssima e péssimo retorno desses valores, o Brasil fica atrás, inclusive, de países da América do Sul, como Uruguai e Argentina.

Diante deste cenário, a Confederação Nacional dos

Jovens Empresários (Conaje) realizou, de março a maio deste ano, a 15ª edição do Feirão do Imposto, com o intuito de informar e, sobretudo, educar a população a respeito do quanto se paga em impostos no Brasil.

Conforme Silvia Wilbert, coordenadora nacional do Feirão do Imposto, aproximadamente R\$ 200 bilhões, ou seja, 3% do Produto In-

terno Bruto (PIB) brasileiro, são desviados pela corrupção. Do contrário, o Brasil triplicaria o orçamento federal da saúde e educação e quintuplicaria o orçamento da segurança pública. “Portanto, além da carga tributária ser complexa e injusta, ela não retorna para população em serviços básicos, conforme é de seu propósito. Por isso a importância de saber o quanto se paga em impostos para, a partir de então, acompanhar a destinação dos recursos públicos”, explica.

“Chega de Mão Grande” é o tema da campanha em 2017. Neste ano, as ações aconteceram em mais de cem municípios em todo o país. Peças teatrais, corridas e marchas estão entre as atividades realizadas.

Para Guilherme Gonçalves, presidente da Conaje, o Feirão do Imposto é um grande plano de conscientização acerca da carga tributária incidente sobre produtos e serviços. “É, acima de tudo, um projeto de cidadania, pois, ao acabar com a ignorância sobre o tema, permite maior questionamento, engajamento e reflexão so-

bre o necessário retorno do tanto quanto é entregue nas mãos dos governos federal, estadual e municipal.”

AÇÕES

O cronograma do Feirão do Imposto neste ano teve início no dia 10 de março, com o lançamento nacional da campanha, em Porto Alegre - RS. Em seguida, entre os dias 15 de março e 15 de abril, ocorreram os lançamentos estaduais.

No mês de maio aconteceu a conscientização educacional. Nesse período, através de uma parceria com o Observatório Social de Maringá, dezenas de cidades receberam a palestra ‘O impacto da corrupção no retorno dos impostos’. “A parceria entre a Conaje e o Observatório fortalecerá a conscientização no que tange à participação do cidadão no acompanhamento da destinação dos recursos públicos”, destaca Silvia.

Finalizando a campanha, no dia 27 de maio, também em parceria com a CACB, o Feirão do Imposto realizou uma mobilização nacional, com ações simultâneas em diversos municípios.



Feirão do Imposto é um grande plano de conscientização acerca da carga tributária incidente sobre produtos e serviços

Mineiros passam a aderir ao Pacto pela Não Judicialização dos Conflitos



O presidente da Comissão de Arbitragem da OAB/MG, Francisco Maia, ao centro da foto

Objetivo é conscientizar as empresas para iniciar o processo de adoção às práticas adequadas de resolução de conflitos por meio dos métodos negociação, conciliação e mediação

Agilidade e praticidade são as leis do mercado atual. É necessário, principalmente nos negócios, aproveitar as novas tecnologias e serviços para incentivar o desenvolvimento e o crescimento das empresas. Diante desse cenário, empresários do estado de Minas Gerais receberam a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), por meio da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial

(CBMAE), a OAB/MG e a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas), em parceria com o Sebrae, para discutir o Pacto pela Não Judicialização dos Conflitos, que visa incentivar o uso da prática de Solução Pacífica de Conflitos Empresariais.

O encontro, que já aconteceu nos estados de Goiás, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso, Acre, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, apresentou a possibilidade de

acordos dos embates, a partir de métodos de negociação, conciliação e mediação aos empresários. “A iniciativa planeja conscientizar as empresas e os profissionais que as assessoram a tratar o conflito de forma adequada, diminuindo os custos de seus processos internos e fidelizando os seus clientes”, diz Eduardo Vieira, coordenador nacional da CBMAE.

As práticas pacíficas e extrajudiciais incentivam uma arbitragem consensual, em

que ambas as partes optam por um método alternativo ao processo judicial, priorizando a resolução de disputas internamente para evitar o prejuízo à imagem da marca, promover o aumento dos lucros e a competitividade, além de reduzir os custos. Com essas melhorias, a cultura do litígio, antes utilizada como único meio para resolução de conflitos, apresenta-se ainda mais ultrapassada.

De acordo com o 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Saulo Versiani Penna, “o Judiciário não pode prescindir de parceiros na defesa de uma forma pacífica de solucionar impasses. A judicialização e a lógica adversarial, muitas vezes, não resolvem a questão entre as partes e não atendem às necessidades delas, ao passo que um acordo é sempre fruto de uma negociação em que ambos os lados se manifestam e defendem seus interesses, procurando ouvir argumentos e fazendo um esforço para considerar aspectos que não estavam inicialmente em seu horizonte”.

Para confirmar o engajamento dos empresários a essa causa, foi assinado, durante

o evento, o Pacto pela Não Judicialização dos Conflitos, que firma o compromisso de todos a adotarem, interna e externamente, práticas para o aperfeiçoamento constante dos processos de gestão e resolução de conflitos empresariais. Com a adesão a esses métodos, o mercado estará estruturado em um moderno sistema de gestão para auxiliar no desenvolvimento do setor.

O presidente da Comissão de Arbitragem da OAB/MG, Francisco Maia, reforçou que os advogados têm papel fundamental na luta contra o litígio judicial. “Estamos hoje lançando um pacto para mudarmos essa cultura. O advogado é o vetor desta transformação e deve ser o grande protagonista da mudança”, completa.

Encontros como esse acontecem desde 2014 como forma de divulgação e compartilhamento de ideias sobre o assunto, em diferentes estados do país. A intenção é que haja um processo gradual de conscientização, entre os empresários, de que um ambiente favorável à negociação, de maneira colaborativa e sustentável, vai ao encontro do avanço empresarial.

“Documento diz que os conflitos geram repercussão em diversos segmentos sociais que comprometem o avanço econômico e a competitividade das empresas”



CACB inscreve três projetos na Competição Mundial das Câmaras de Comércio

Premiação será em setembro, durante o 10º World Chambers Congress. Impostômetro, Empoderamento da Mulher Empresária e Observatório Social de Maringá-PR foram inscritos na competição

Finalista em 2005, vencedora em 2007 e participante do conselho dos jurados em 2009, 2013 e 2015, a CACB participará mais uma vez da Competição Mundial das Câmaras de Comércio, em setembro. A Confederação também encorajou seus associados a inscreverem projetos para concorrerem ao prêmio.

A Competição, que acontecerá durante o 10º Congresso

Mundial das Câmaras de Comércio (World Chambers Congress), realizado em setembro, em Sydney, na Austrália, é a principal premiação global de reconhecimento de projetos inovadores desenvolvidos por Câmaras de Comércio e Indústria de todo o mundo. Uma oportunidade única para exibir boas ideias a empresários de mais de cem países.

Para a concorrência deste ano, o sistema CACB inscre-

veu três projetos: Impostômetro, Empoderamento da Mulher Empresária e Observatório Social de Maringá.

IMPOSTÔMETRO

Implantado em 2005 pela Associação Comercial de São Paulo, o impostômetro é um painel que registra o montante de dinheiro arrecadado pelo governo nos tributos embutidos em todos os produtos de consumo pagos pelos brasileiros. Os valores apresentados são obtidos de fontes de dados oficiais de arrecadação nos níveis federal, estadual e municipal.

A partir dos números obtidos, são feitas estimativas, que são ajustadas quando ocorre divulgação dos valores oficiais. O objetivo principal do projeto é instigar o cidadão a dar mais atenção à questão tributária, exigir de seus representantes a contrapartida desses valores em serviços públicos e fiscalizar a aplicação dos mesmos.

“O Impostômetro, como fonte de informação, contribui para a construção de uma sociedade mais democrática, com reflexos no crescimento econômico, na justiça social e no desenvolvimento de uma

cidadania plena”, destaca o superintendente de Comunicação e Marketing da ACSP, Taicir Khalil.

Para Khalil, a exposição do projeto em uma competição internacional é importante para que o mundo tome conhecimento que entidades de classe podem e devem ter iniciativas que ajudem a melhorar a condição da população, brigar pela melhoria da economia, tentar criar um ambiente menos hostil e assim promover o empreendedorismo. “É importante que saibam que, apesar das crises, da corrupção e dos desmandos dos governos, existem iniciativas que podem colaborar para a melhoria do país”, diz.

EMPODERAMENTO DA MULHER EMPRESÁRIA

O Conselho Nacional da Mulher Empresária, da CACB, está há 15 anos promovendo o empoderamento das mulheres, com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero e suscitar o desenvolvimento sustentável com responsabilidade social.

A ideia do projeto é estimular mudanças de comportamento para melhoria do posicionamento da mulher,

“A competição internacional é importante para que o mundo tome conhecimento que entidades de classe podem e devem ter iniciativas que ajudem a melhorar a economia, criar um ambiente menos hostil e assim promover o empreendedorismo”



“É importante que saibam que, apesar das crises, da corrupção e dos desmandos dos governos, existem iniciativas que podem colaborar para a melhoria do país”

não apenas como empresária, mas também em posições de alta liderança no mercado brasileiro e na política.

“Existe uma grande parcela de mulheres que querem alçar voos mais altos ou construir coisas maiores, e o nosso trabalho é justamente o de preparar essas mulheres para que elas tenham seus desejos respeitados, mas que também sejam capazes de lutar por eles”, declara Glauciele Lerner, consultora do Conselho Nacional da Mulher Empresária, da CACB.

O projeto é todo desenvolvido por mulheres voluntárias, e as atividades são custeadas por elas, com o apoio das associações comerciais, federações e Confederação. Geração de emprego e renda, desenvolvimento de competências

técnicas e comportamentais, desenvolvimento de lideranças políticas e a promoção e ampliação das redes de negócios locais estão entre os resultados obtidos com o projeto.

De acordo com Glauciele, o próprio presidente da CACB, George Pinheiro, foi quem deu a ideia de inscrever o projeto na competição. “Há dez anos, as mulheres tinham participação de 4% de liderança nas entidades do sistema CACB. Hoje, esse número subiu para 12%”, conta Glauciele.

Segundo a consultora, o projeto não visa apenas que as mulheres sejam líderes empresariais, mas que ocupem mais espaços na sociedade como um todo. “Entendemos que esse projeto pode ajudar outros países a adotarem essa ideia e a encorajarem as mulheres a assumirem novos papéis, sempre respeitando, claro, a cultura e as condições de cada nação”, destaca.

OBSERVATÓRIO SOCIAL

Idealizado após um episódio de corrupção que desviou cerca de R\$ 100 milhões no município de Maringá, interior do Paraná, o Observatório Social é

uma organização não governamental, sem fins econômicos e sem vinculação político-partidária, que, assim como o Impostômetro, tem como objetivo conscientizar empresas e população sobre a importância dos impostos, além de realizar a fiscalização dos gastos públicos em tempo real.

Conforme Giuliana Pinheiro Lenza, presidente do Observatório Social, nos seus dez anos de existência, o proveito econômico do projeto já soma R\$ 112 milhões. “Nos últimos dois anos, foram R\$ 18 milhões que deixaram de ser gastos indevidamente em decorrência deste trabalho”, conta.

Para que o projeto seja viável, empresas parceiras contribuem financeiramente, ou com a cessão de estagiários e espaços e com prestação de serviços sem custos à entidade. A Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim) é uma das instituições mantenedoras do projeto, o qual realiza peças teatrais, concursos de redação e monografia, acompanhamento de ações da Prefeitura, entre outras atividades.

A iniciativa foi premiada em 2009, no V Concurso Ex-

periências em Inovação Social, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (Cepal). Também ganhou o primeiro lugar, no ano de 2015, na categoria Justiça e Cidadania, no XII Prêmio Inovare, a mais alta premiação nacional realizada pelo Poder Judiciário.

Giuliana afirma que o projeto foi inscrito no concurso por se adequar aos propósitos do WCC, no sentido de descobrir e valorizar iniciativas que, contando com o apoio de associações comerciais, podem representar novas formas de atuação da sociedade civil, trazendo benefícios tanto ao desenvolvimento da cidadania, quanto à segurança e melhoria do ambiente de negócios em suas localidades.

“Esperamos que essa exposição, e o eventual reconhecimento da relevância do nosso trabalho, possa não apenas fomentar a expansão das nossas atividades em âmbito local, mas também a implantação de novos observatórios sociais ou iniciativas relacionadas a essa ideia em outros lugares do Brasil e do mundo”, conclui Giuliana.



Giuliana Pinheiro Lenza, presidente do Observatório Social

A CACB apoia a inscrição destes projetos por acreditar que o reconhecimento nacional e internacional destas iniciativas auxiliará o acesso a importantes atores dos setores público e privado, além de permitir que as ideias sejam implementadas em outras Câmaras, garantindo a melhoria e o fortalecimento do sistema mundial de Câmaras de Comércio.

Entidades do sistema CACB passam a emitir Certificado de Origem Digital

Ao total, doze entidades brasileiras, que participaram do projeto-piloto da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), foram selecionadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para emitir o documento

Ao longo dos últimos anos, a CACB realizou grandes investimentos para atualizar e melhorar o seu Sistema de Emissão de Certificados de Origem. Como consequência disso, desde o mês passado, a Confederação e as federações de São Paulo (Fapesp) e do Rio Grande do Sul (Federasul) passaram a emitir seus Certificados de Origem de modo digital.

No total, doze entidades brasileiras, que participaram do projeto-piloto Certificado de Origem Digital (COD), da



Foto: Highwaystarz/fotolia.com

Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), foram selecionadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para emitir o certificado de modo digital.

Rodrigo da Costa Serran, coordenador de Regimes de Origem do MDIC, explica que “somente aquelas entidades que desenvolveram o

sistema para emissão de COD com base nas especificações da Aladi, e que foram homologadas internamente, pelo Governo brasileiro, e homologadas externamente, pelo governo do país importador, neste caso a Argentina, participaram do projeto inicial”.

Ainda de acordo com Serran, como fase final, tais entida-

des tiveram que ser aprovadas no projeto-piloto entre Argentina e Brasil. O requisito para a aprovação foi a inclusão de pelo menos 50 CODs no sistema aduaneiro, com 95% de acertos, para cada um dos países.

Segundo Francisco Gimenez Soler, executivo de Comércio Exterior e Certificação de Origem da CACB, o COD tem rígidos padrões de segurança e proporciona maior confiabilidade ao comércio exterior.

“Todas as empresas exportadoras poderão emitir o Certificado de Origem Digital

utilizando os Acordos Comerciais de Complementação Econômica número 14 e número 18”, explica Soler. É importante ressaltar que os certificados ainda podem ser emitidos em papel, como já era feito.

E-CPF

A utilização do COD gera, em média, redução de 35% de custos diretos dos serviços e garantia de agilidade na emissão, que pode cair de 24 horas para até 30 minutos. O comércio bilateral entre Brasil e Argentina tem o potencial de beneficiar um fluxo co-

mercial de US\$ 22 bilhões.

“Todas as empresas que emitem CO com a gente estarão automaticamente habilitadas para assinar eletronicamente seus documentos. Para tanto, é necessário que o responsável legal autorizado para assinar Certificados pela empresa possua um e-CPF”, diz Juliana Kämpf, superintendente da CACB. O e-CPF é um documento eletrônico, em forma de certificado digital, que garante a autenticidade e a integridade na comunicação entre as pessoas físicas e a Receita Federal.

Vantagens oferecidas pela CACB

A partir do dia 1º de junho, além do CO, também será possível assinar digitalmente a Declaração de Origem (Declaração Juramentada).

Ambiente de migração de dados. Por interface – Web-Service – entre sistemas, é possível transmitir, diretamente do software do exportador, dados que compõem os CODs. Excelente alternativa para processos que contam com muitos itens e detalhes. A ferramenta minimiza erros e

torna a emissão de Certificados de Origem ainda mais segura ao exportador.

Enquadramento automático, pelo ECO, das regras de origem contempladas nos Acordos Comerciais, desde que as Declarações de Origem sejam construídas no Sistema ECO.

Relatórios gerenciais. Os exportadores contam com relatórios que facilitam a gestão de fornecedores, operadores de Comércio Exterior e dos processos

executados diretamente pela empresa. É possível mensurar desde a produtividade de seus parceiros até planejar ações operacionais em função de documentos prestes a vencer e/ou fornecedores com documentações pendentes.

Equipe altamente qualificada e experiente para a análise dos processos de Certificação.

Acesse o ECO CACB e saiba mais:

<http://cod.cacb.org.br/cacb>



*Encerramento do Workshop
Cooperativismo de Crédito*

Brasil alcança 9,1 milhões de cooperados de crédito

Evento reuniu lideranças de associações comerciais para discutir os benefícios do cooperativismo de crédito

Lideranças e dirigentes de Associações Comerciais e Empresariais de vários estados brasileiros estiveram, nos dias 18 e 19 de maio, em Maringá, no Paraná, para participar do Workshop Cooperativismo de Crédito, organizado pela CACB, em parceria com o Sicoob Central Unicoob, e patrocínio do Sebrae.

Além de difundir as boas práticas e os resultados do cooperativismo de crédito, bem como desenvolver e estimular caminhos que gerem sustentabilidade para os pe-

quenos negócios, o evento teve como objetivo incentivar o cooperativismo de crédito, já que, em mais de 500 municípios brasileiros, as cooperativas de crédito são a única instituição financeira.

Na abertura do encontro, o presidente da CACB, George Pinheiro, ressaltou a importância das cooperativas – que contam com mais de 13 milhões de sócios no Brasil – para a inclusão financeira, contribuindo para o fortalecimento da economia. Ele também falou sobre as sociedades garantidoras de crédito,

as quais somam 1.312 instituições e têm patrimônio de R\$ 15,9 bilhões. Lembrou que “a CACB tem o perfil para incentivar a criação de cooperativas de crédito em função de sua abrangência, presente em mais de 2.300 municípios brasileiros”.

Representando o Sebrae Nacional, Weniston Ricardo contou que o envolvimento do Sebrae com as cooperativas de crédito teve início em 2000. Segundo ele, neste ano a instituição fará o terceiro chamamento para projetos, com financiamento de 50%

pelo Sebrae e contrapartida de 50% das cooperativas.

José Carlos Valêncio, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim), apresentou projetos da entidade e falou sobre o funcionamento do Observatório Social da cidade e do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem). Valêncio também apresentou o histórico e o funcionamento do Sicoob Metropolitano e o trabalho do Bancoob.

SICOOB UNICOOB

Em sua fala sobre 'O Sicoob e os pequenos negócios', o presidente do Sicoob Confederação, Henrique Villares, destacou que o Brasil conta com 9,11 milhões de cooperados de crédito, o que representa 9% da população economicamente ativa. "O número ainda é baixo. Na França, esse percentual é de 60%." Mas o setor tem crescido a passos largos: nos últimos cinco anos, as operações de crédito aumentaram 76% e, hoje, as cooperativas brasileiras representam 19,7% dos pontos de atendimento do sistema financeiro, com suas 5,8 mil agências.

Villares destacou o círculo virtuoso das cooperativas de



Presidente da CACB, George Pinheiro, em fala durante a abertura do evento

crédito: "Elas devem ser protagonistas na regulação no mercado financeiro, promover a inclusão e a educação, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e social, oferecer produtos e serviços financeiros adequados e a preços justos, inclusive na devolução das sobras aos cooperados". Destacou ainda a importância de as cooperativas terem spread bancário mais baixo e da divisão dos lucros, o que faz com que os resultados fiquem na comunidade em que estão inseridas. "A maior fonte de lucro do Santander no ano passado foi o Brasil. Esse dinheiro foi para a Espanha."

O presidente do Sicoob Central Unicoob, Jefferson Nogaroli, ressaltou que as cooperativas sobrevivem sem recursos públicos e sem taxas sindicais. Ele também falou sobre o início do Sicoob Metropolitano, em Maringá, que surgiu para atender aos empresários que precisavam de crédito mais acessível. Nogaroli tratou, também, da importância do comprometimento das lideranças e comunidade na instalação de uma cooperativa de crédito. "Depois que a cooperativa se instala em uma cidade, ela passa a ser agente de transformação. No Paraná, o Sicoob é o braço financeiro das associações comerciais."



Reunião de acompanhamento do Empreender Competitivo em Santa Catarina, em 2011. Além dos membros da Facisc, estiveram presentes o Coordenador Nacional do Empreender, Carlos Rezende, e o vice-presidente das MPEs da CACB, Luiz Carlos Furtado

Empreender Competitivo beneficiará núcleos consolidados

Empresário deve apresentar sua proposta por meio da Associação Comercial ou Federação a qual está vinculado

O Empreender Competitivo, a ser lançado neste ano, é a próxima etapa do programa no país. Desenvolvido para melhorar a competitividade das empresas nucleadas por meio de apoio para ações de marketing, mercado, consultoria, capaci-

tações, participação em feiras, etc., o programa exige que o núcleo setorial tenha certa maturidade, ou seja, pelo menos 18 meses de atuação.

Conforme o coordenador nacional do Empreender e coordenador executivo da CACB, Carlos Rezende, a iniciativa para participar do Empreender Competitivo deve partir dos empresários do núcleo setorial: "Se o empresário tem um conjunto de ações planejadas e necessita de apoio financeiro para executá-

las, deve apresentar sua proposta, por meio da Associação Comercial ou Federação a qual está vinculado. Assim, a proposta será avaliada".

O consultor sênior da CACB, Renato Rossi, explica a principal mudança no edital deste ano: "Vamos admitir dois tipos de projeto: um projeto individual, semelhante aos anteriores, em que o núcleo setorial, por meio da ACE, apresenta uma proposta. E um projeto estadual, em que uma federação ou um conjunto de

núcleos apresenta um único projeto de maior volume e com uma abrangência maior”.

MAIS DESAFIOS PARA OS EMPRESÁRIOS

Os projetos são avaliados pela CACB e pelo Sebrae e os melhores recebem recursos para o desenvolvimento das ações definidas pelos empresários. Os valores cobrem parte das despesas, e o restante é arcado pelos empresários e entidades envolvidas. Prevê-se um valor médio de R\$ 200 mil por projeto, considerando a contrapartida. Os projetos devem ser desenvolvidos em um prazo de 18 a 24 meses e serão acompanhados por técnicos e especialistas do sistema.

O vice-presidente de Micro e Pequenas Empresas da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves, afirma que o Sistema das Associações Comerciais tem provado sua capacidade por meio da credibilidade de bons projetos: “Os resultados que o Empreender conseguiu para o fortalecimento da Classe Empresarial participante dos Núcleos Setoriais estão demonstrados ao longo de sua história de mais de 20 anos de sucesso. Devido à necessidade de aperfeiçoar o programa, criamos o Empreender

Competitivo, com uma série de pré-requisitos no sentido de provocar um novo desafio aos empresários, que também estão tendo uma nova referência de organização do seu negócio. Por esta razão, estamos renovando o convênio junto ao Sebrae, e nossos empresários participantes do projeto serão os grandes vitoriosos”.

Para a diretora técnica do Sebrae, Heloísa Menezes, o Empreender apoia o associativismo e, agora, o Empreender Competitivo vai mais além, ao expandir para outras empresas a oportunidade de desenvolvimento bem-sucedido na versão anterior: “Esta nova etapa tem o objetivo de incluir os pequenos negócios em um novo contexto, onde o consumidor é mais exigente e conectado e busca soluções personalizadas e imediatas. Para conquistá-lo, é necessário que a empresa atue em rede, melhore continuamente seus processos e tecnologia de apoio, de forma sincronizada com seus fornecedores e parceiros, entre outras ações. Esse complemento torna as empresas participantes mais aptas a avançarem nessa nova perspectiva, em que as relações de consumo passam pela conexão digital”, avalia.



Foto: Charles Damasceno



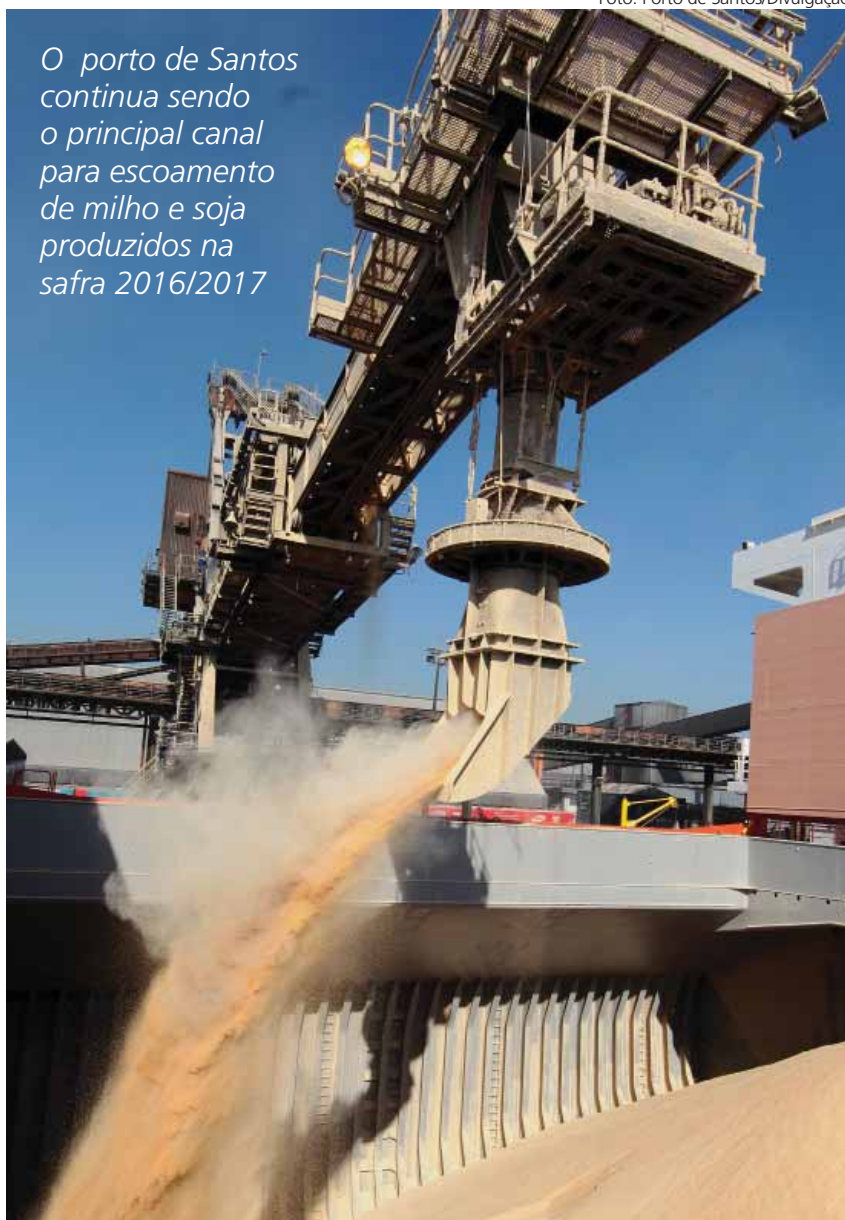
“É preciso atuar em rede”, aponta a diretora técnica do Sebrae, Heloísa Menezes

Escoamento da safra desafia logística em direção aos portos

Em todos os anos, é no período dos embarques da safra agrícola para o exterior que a infraestrutura de transportes no país enfrenta a maior demanda

Foto: Porto de Santos/Divulgação

O porto de Santos continua sendo o principal canal para escoamento de milho e soja produzidos na safra 2016/2017



Uma das mais impressionantes operações logísticas do Brasil ocorre durante o período do escoamento da safra de grãos. É quando as margens dos portos ficam lotadas de caminhões e trens. Neste ano, por exemplo, devido à safra recorde, a capacidade de levar grãos ao porto de Santos por ferrovia foi ampliada em uma composição de 80 vagões, o que equivale a 5,6 mil toneladas diárias (carga de 186 carretas).

Neste mês de junho, a capacidade será elevada a dez trens diários, movimentando 19,2 mil toneladas a mais (carga de 540 carretas). O aumento favorece o transporte da safra produzida no leste do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, que devem enviar 10 milhões de toneladas de grãos para o porto.

Estudo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sobre rotas de exportações pelos portos nacionais prevê que sejam exportadas 72,9 milhões de toneladas de soja e 24 milhões de toneladas de milho da safra 2016/17.

Desse total, 96,9 milhões – perto de 75% da produção de milho e soja sairá pelos portos do centro-sul do país.

O porto de Santos continua sendo o principal canal para escoamento de milho e soja produzidos na safra 2016/17, apesar do crescimento apresentado pelos portos do Arco Norte. A expectativa é que sejam exportadas 19,8 milhões de toneladas de soja e 10,4 milhões de toneladas de milho pela cidade paulista.

O maior crescimento no fluxo de exportações está previsto para o porto de Itaqui (MA). Pelos dados de movimentações de anos anteriores, o melhor desempenho registrado pelo porto foi em 2015, com a saída de 7,2 milhões de toneladas de soja e milho. Neste ano, a estimativa é de que apenas a soja seja responsável por 6,6 milhões de toneladas exportadas por Itaqui.

A estimativa de colheita divulgada pela Conab é de 215,3 milhões de toneladas de grãos. Serão 28,6 milhões de toneladas a mais frente à safra anterior, de 186,7 milhões de toneladas. Para a soja, a projeção é de crescimento de 8,7% na produção, podendo atingir o recorde de 103,8 milhões

de toneladas, com aumento de 8,3 milhões de toneladas. A área cresceu 1,6%.

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Marcos Montes, a situação é positiva por causa da produtividade alcançada pelo homem do campo. Mesmo com a expectativa de crescimento de 15,3% na produção, o aumento da área plantada foi de apenas 1,3%. “Esses números provam que a nossa agropecuária cresce em rendimento e sustentabilidade, usando praticamente a mesma área para colher cada vez mais”, afirma Montes.

Em 2016, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 85,0 bilhões, um declínio de 3,7% em relação aos US\$ 88,2 bilhões comercializados no ano anterior. O saldo do comércio exterior fechou o ano com superávit de US\$ 48,0 bilhões.

O principal destino das exportações brasileiras do agronegócio em 2016 foi a Ásia, com US\$ 37,4 bilhões, valor 1,8% inferior ao registrado em 2015. A China permanece na liderança dos principais compradores mundiais dos produtos do agronegócio brasileiro.

Estudo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sobre rotas de exportações pelos portos nacionais prevê que sejam exportadas 72,9 milhões de toneladas de soja e 24 milhões de toneladas de milho da safra 2016/17

Opção pelo Simples contribui para a sobrevivência das MPEs

Levantamento divulgado pelo Sebrae revela queda do índice de mortalidade nos primeiros dois anos de atividade

A opção pelo Simples Nacional é um dos fatores que podem contribuir para a sobrevivência das micro e pequenas empresas. Pelo menos foi o que revelou um levantamento, a partir do processamento das bases de dados da Secretaria da Receita Federal, divulgado pelo Sebrae, em maio, no qual as MPEs que são optantes pelo sistema apresentaram uma taxa de sobrevivência maior do que as que não são optantes.

De acordo com a pesquisa, 83% dos pequenos negócios criados em 2012 e ligados a esse sistema diferenciado de tributação sobreviveram aos dois primeiros anos de vida, mais do que o dobro das empresas não optantes. Apenas 38% das empresas que estão no Lucro Presumido ou no Lu-

cro Real superaram o primeiro biênio de vida.

Trata-se de um considerável avanço comparativamente a 2006, ano que antecedeu a criação do Simples Nacional, cuja taxa de sobrevivência das empresas brasileiras com até dois anos foi de 73,1%.

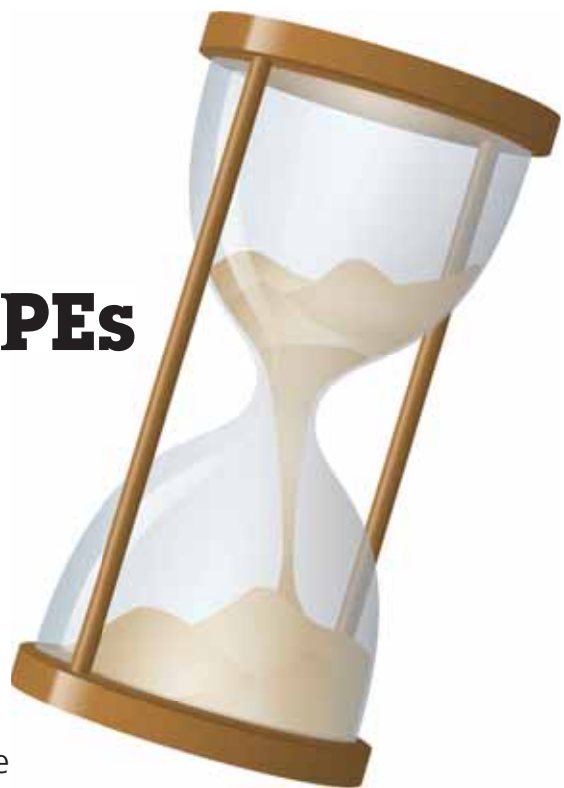
No Brasil, são criados anualmente mais de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais.

Desse total, mais de 99% são micro e pequenas empresas e Empreendedores Individuais (EI).

As micro e pequenas empresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada do Brasil.

QUANDO A SOBREVIVÊNCIA É MAIS DIFÍCIL

Se somarmos a isso a ocupação que os empreendedo-



res geram para si mesmos, pode-se dizer que os empreendimentos de micro e pequeno porte são responsáveis por, pelo menos, dois terços do total das ocupações existentes no setor privado da economia. Por isso, segundo o Sebrae, a sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país. E todos os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis, o que torna esse período o mais importante em termos de monitoramento da sobrevivência.

O levantamento constatou que, entre 2012 e 2016, o número de optantes do Simples cresceu 64%, passando de 7,1 milhões para 11,6 milhões. Conforme o estudo, o Microempreendedor Individual (MEI) foi o principal influenciador desse resultado: cresceu 150% no mesmo período. Pesquisa elaborada pelo Sebrae ainda constatou que 67% das empresas não optantes gostariam de aderir ao Simples.

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Também de acordo com o estudo, um terço das empresas optantes pelo Simples Nacional confirmou que estão sendo prejudicadas pela Substituição Tributária (ST). Dentro deste grupo, 72% afirmam ser alto ou muito alto o tamanho do prejuízo. A Substituição Tributária impactou negativamente 48% das empresas na produção, 56% das empresas no investimento, 68% das empresas no lucro e 39% das empresas no quadro de empregados.

“Essa é mais uma prova de que o Simples não pode ser visto como renúncia. Se ele não existisse, milhões de ne-



**Cristiano Freitas:
“O Simples é justo,
pois o empresário
paga proporcional
à sua atividade
econômica, além
de contribuir, de
forma positiva,
com a criação
de emprego, renda
e crescimento
econômico
ao país”**

gócios não estariam abertos”, explica o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

Para Cristiano Freitas, da Syhus Contabilidade, o Simples é justo, pois o empresário paga proporcional à sua atividade econômica, além de contribuir, de forma positiva, com a criação de emprego, renda e crescimento econômico ao país.

Marcelo Pohlmann, professor do curso de Contabilidade da PUCRS, considera que continuará havendo um crescimento no número de adesões ao Simples Nacional em função das vantagens que o regime oferece, se comparado aos regimes das empresas em geral, como o Regime do Lucro Real e o Regime do Lucro Presumido.

Setor de Comércio e Serviços se manifesta sobre cenário político e econômico nacional

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS), grupo formado por sete das maiores entidades brasileiras de livre adesão do setor de Comércio e Serviços, defende os avanços da modernização trabalhista, tributária e previdenciária, no Congresso Nacional, mesmo diante do atual momento político que enfrenta o País.

Para as entidades, que representam 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, as medidas são extremamente necessárias para a retomada do crescimento e a geração empregos. A UNECS acredita que o Congresso Nacional tem o poder para encontrar as soluções que o Brasil precisa e está à disposição para auxiliar na construção de caminhos melhores para o país.

SOBRE A UNECS

Criada em 2014, a UNECS é formada por sete das maiores entidades brasileiras representativas da área do comércio

e serviços: Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), Associação Brasileira de Supermercados (Abras), e Confederação Nacional de Dirigentes e Lojistas (CNDL).

A União das entidades representa a voz organizada do setor de comércio e serviços com mais de 21% dos empregos formais do País e 83,7% das vendas de alimentos e bebida. Juntas, as entidades faturam R\$ 885,9 bilhões e respondem por 65% das transações de cartões de crédito e débito. A principal motivação da união é buscar, junto ao poder público, priorizar temas centrais para agenda de progresso e crescimento.

Para as entidades, que representam 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, as medidas são extremamente necessárias para a retomada do crescimento e a geração empregos



Certificado de Origem CACB – Sistema ECO

Francisco Gimenez Soler*

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB desenvolveu uma nova versão do Sistema ECO de Certificado de Origem, agora com assinatura digital, atualização das correlações de NCM e NALADI e enquadramento automático de regras de origem. Estas melhorias visam facilitar o processo de exportação e garantir o cumprimento das regras de Acordos Comerciais.

Para exportar seus produtos, o empresário precisa atender a uma série de formalidades impostas por órgãos do governo, entre elas o “Certificado de Origem”, documento que dá ao exportador tratamento preferencial em mercados estrangeiros com os quais o Brasil possui acordo de comércio.

Desde 2012, a CACB disponibilizava o seu sistema eletrônico para emissão de Certificado de Origem, mas sem a assinatura digital. Com a nova versão, o uso de papel diminuirá ainda mais. A Con-



federação também simplificou um documento chamado “Declaração de Produto”.

Apenas uma ‘Declaração por Produto’, o sistema faz a correlação da classificação NCM para NALADI, como também trará todas as ‘Regras de Origem’ para todos os ‘Acordos Comerciais’ do produto exportado.

O Certificado de Origem da CACB é reconhecido em todos os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), a qual também é representada por alguma de suas Federações e Associações Comerciais do Brasil.

O Sistema ECO da CACB está mais ágil, prático, flexível

e seguro, com muitos campos, como cálculos e preenchimento, automatizados.

O Sistema ECO proporciona uma conexão online entre todos os seus pontos de Certificação, podendo ser alimentado pelo exportador uma única vez com as Declarações de Produto.

Além disso, possibilita a importação de dados do sistema do exportador, e/ou Despachante, através de integração via WebService.

Com todas essas vantagens, a CACB centralizará todas as análises, correções e aprovações de Certificado de Origem, possibilitando apenas a certificação (assinatura) no ponto escolhido pelo exportador.

Atualmente, o volume emitido em todo o Brasil é de cerca de 850 mil processos/ano, gerando uma receita aproximada de R\$ 25,5 milhões / ano.

Estamos convictos de que a CACB e seus parceiros se tornarão os maiores emissores do Brasil.

**Executivo de Comércio Exterior e Certificação de Origem da CACB*



Vantagens



CERTIFICADO DE
ORIGEM CACB

**Na hora de exportar, conte
com a representatividade
e credibilidade da CACB**

Procure a Associação Comercial e
Empresarial da sua cidade.

✉ Contato via e-mail: eco@cacb.org.br

- ✓ Agilidade no processo de análise e emissão.
- ✓ Gestão financeira e relatórios gerenciais integrados ao sistema.
- ✓ Suporte técnico através de 0800.
- ✓ Sem despesas com manutenção e suporte.



www.cacb.org.br/certificadodeorigem

CACB 
PROGERECS